

ACM no comando da crise

Nos últimos acontecimentos políticos relacionados com a compra de votos na emenda da reeleição, o senador Antônio Carlos Magalhães adquiriu ainda maior importância no jogo das decisões políticas, como aliado do Palácio do Planalto. De sua cabeça teria partido toda a estratégia política que definiu rumos para o PFL e para o próprio Governo, ao estabelecer os limites da crise política, de modo a não deixar extrapolar além do ato da expulsão de dois dos deputados federais envolvidos no escândalo. Na reunião da Executiva Nacional realizada esta semana para examinar a denúncia que envolvia o nome de políticos do PFL, o deputado

Luís Eduardo Magalhães surpreendeu seus colegas de legenda ao propor a imediata expulsão dos dois deputados contra os quais não restam dúvidas de terem tido procedimento incorreto, ferindo o decoro parlamentar.

A intenção do senador Antônio Carlos Magalhães, no caso, foi estancar a crise. Ele e os demais políticos tinham consciência de que, se ela se disseminasse e não fosse rapidamente administrada nos seus efeitos, suas conseqüências seriam imprevisíveis. Era preciso evitar a qualquer custo a idéia da CPI defendida pelas oposições. A CPI iria paralisar não só o Congresso como o governo e o País, a exemplo do que aconteceu com a que

investigou o Orçamento. Não fosse a presteza com que agiu o PFL, e a crise política que atingiu o coração do Governo poderia ter fugido a todo e qualquer domínio político. A proposta de criar a CPI perdeu sua força inicial e, a não ser que surja um acontecimento novo, é difícil que venha a se concretizar. Há pontos vulneráveis nessa estratégia do PFL, como a de excluir das punições o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, outro filiado do partido envolvido no escândalo, apontado nas gravações como o elemento corruptor de todo esse processo. Do ponto de vista do Planalto, evitou-se o mal maior que seria a CPI, mas isso não significa que a crise tenha sido debelada.